65 66 Ata da 15^a Reunião Extraordinária de 2021 CIB - Comissão Intergestores Bipartite

Ao primeiro dia de maio do ano dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões do GASEC/SESAB, por vídeo conferência, durante a pandemia de Coronavírus, com as presenças dos membros da CIB, Fábio Vilas-Boas Pinto, Secretário de Saúde do estado da Bahia e Coordenador da CIB, Stela dos Santos Souza, Rivia Mary de Barros, João Rodrigues de Góes Junior, Marcelo de Jesus Cerqueira, Jacklene Mirne Gonçalves Santos, Raul Moreira Molina Barrios, Jacqueline Silva do Bomfim, Cássio André Garcia, Leonardo Silva Prates, e dos suplentes, Cláudio Soares Feres, José Cristiano Sóster, Naia Neves de Lucena, Silvia Alves Ferreira Carneiro, Geraldo Magela Ribeiro, Maria Alcina Romero Boullosa. Às 11 horas e 09 minutos o Coordenador cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão da 15ª Reunião Extraordinária de 2021 da Comissão Intergestores Bipartite, tendo como pauta única a Vacinação COVID-19. Stela Souza, Presidente do COSEMS e Membro da CIB, cumprimentou a todos os membros da CIB e os que estão acompanhando na sala, uma homenagem especial a todos os trabalhadores do Brasil e especialmente os trabalhadores da saúde, lembrando de todos os que nessa luta contra a Covid vem contribuindo, uma homenagem especial a todos os que trabalham, todos os gestores que são trabalhadores do SUS e que estão nessa luta e que merecem essa homenagem e não fugiam realmente à luta, tanto que hoje estavam aqui trabalhando fora, assim como ontem à noite, hoje pela manhã e tinha certeza de que ainda durante e que deus abençoasse cada um. Dando prosseguimento, Stela Souza passou para pauta única da reunião: 1. GASEC/COSEMS: 1.1 Vacinação COVID-19. Vânia Rebouças, Coordenadora de Imunização da DIVEP/SUVISA, cumprimentou a todos, parabenizando-os pelo dia do trabalhador iniciou a apresentação em slides, falaria um pouco como está o andamento da campanha de vacinação da Covid-19 na Bahia e as propostas para a discussão de hoje. Em relação à estimativa populacional para a campanha de vacinação contra a Covid-19, trazia aqui os grupos prioritários previstos já no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, os destacados em azul são todos os que já foram pactuados e que já tinham iniciado a vacinação de todos estes grupos no estado. Em verde destacados a cobertura maior que 100% dos grupos já alcançados da primeira fase, em relação a trabalhador de saúde já estavam atingindo quase também 100% de cobertura da estimativa prevista pelo Ministério da Saúde ainda estavam tentando validar as populações Ribeirinhas da Bahia com o Ministério, para receberem o quantitativo de doses e já tinham enviado as doses para 100% dos Quilombolas, além de todos os idosos nessas faixas etárias, lembrando qual a grande maioria da faixa dos idosos agente que já ultrapassou 100% de cobertura, outras de 70 a 74 estamos quase atingindo 100% de coberturas, da mesma forma que as faixas etárias seguintes de idosos, de 65 a 69 e de 60 a 64 anos, mas já estavam avançando também nesse grupo, com mais de 50% de comorbidades.



GRUPO	GRUPO PRIORITÁRIO	POP ESTIMADA	VACINADOS BAHIA	
RUFU	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	FOF ESTIMADA	VACINADOS BARIA	
	Pessoas com 60 anos ou mais institucionalizadas	9788	14337	1
	Pessoas com Deficiência em ILP	285	1529	
	População Indígena em aldeias	20259	19283	
	Trabalhadores de saúde	418187	410678	
	Idosos de 90 ou mais	61657	68367	
	Idosos de 85 a 89 anos	89667	102498	100
	Idosos de 80 a 84 anos	155008	163644	\mathcal{D}
	Idosos de 75 a 79 anos	249420	254136	
	Comunidades Ribeirinhas	31917	0	
10	Comunidades Quilombolas	170949	86291	D.
11	Idosos de 70 a 74 anos	357029	325060	
12	Idosos de 65 a 69 anos	485790	439622	- 8
13	Idosos de 60 a 64 anos	603224	439456	-

Trazia hoje para discussão os grupos do Estrato IV previstos no Plano Nacional e que traz comorbidades, pessoas com deficiência permanente, além de gestantes e puérperas, e detalharia mais adiante, lembrando que, em relação a estes grupos, já tinham pactuado em CIB a vacinação de todos do Estrato que tinham considerado na resolução CIB anterior, de I a IV, que são os pacientes renais crônicos em tratamento de hemodiálise, os pacientes imunossupresos, transplantados e pacientes portadores de Síndrome de Down. Seguindo os outros grupos prioritários, tinham começado também os trabalhadores da educação, força de segurança e salvamento, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros e os outros grupos de caminhoneiros, trabalhadores portuários, industriais e trabalhadores da limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos. E apresentou as estimativas do estado e os números de vacinados por cada um desses grupos prioritários.

Quadro 1. Estimativa populacional para a Campanha de Vacinação contra a covid-19 - 2021 e ordenamento dos grupos prioritários*						
GRUPO	GRUPO PRIORITÁRIO	POP ESTIMADA	VACINADOS BAHIA			
14	Pessoas com comorbidades Pessoas com Deficiência Permantente com BPC Gestantes e Puérperas	967798 172255	(6847; 4259; 1702; 585) 0			
15	Pessoas com Deficiência Permantente sem BPC	605330	0			
16	Pessoas em Situação de Rua	4997	0			
	Func. Sist. Prisional e Pop. Privada Liberdade	14380 + 3523	0			
18	Trabalhadores da Educação Ensino Básico	185604	15016			
19	Trabalhadores da Educação Ensino Superior	37391	3900			
20	Forças de Segurança e Salvamento e Forças Armadas	34562 8305	12376			
	Trabalhadores Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros	38733	0			
	Trabalhadores Transporte Metroviário e Ferroviário	2089	0			
23	Trabalhadores Transporte Aéreo	2480	0			
24	Trabalhadores Transporte Aquaviário	5027	0			

GRUPO	GRUPO PRIORITÁRIO	POP ESTIMADA	VACINADOS BAHIA
25	Caminhoneiros	44116	O VACINADOS BAHIA
26	Trabalhadores Portuários		-
27	Trabalhadores Industriais	4630	0
		191963	0
28	Trabalhadores da Limpeza Urbana e manejo de resíduos sólidos	12809	0

O Coordenador comunicou que o item 22 foi aprovado aqui há quinze dias, os rodoviários e os metroviários e perguntou por que a vacinação deles consta zerada. Vânia Rebouças explicou ser porque na digitação pelo estado, no BI, estes grupos

68

79 80

81

82

83 84

85

86 87

88 89

90

91 92

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116 117

118 119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129 130

131

132

133

134

estavam juntos no mesmo item, rodoviários, metroviários e ferroviários. O Coordenador voltou a dizer que grupo dos rodoviários está zerado na tabela e Vânia Rebouças respondeu que atualizaria essa informação no grupo, mas todos estão no mesmo grupo de transportes coletivos e já atualizaria o número de vacinados. Quanto à Astrazeneca, disse que tinha acabado de receber informação de que o quantitativo previsto de quatrocentas e cinco mil doses chegaria com um pouco e atraso, não chegaria nesse final de semana, provavelmente só na segunda-feira. Em relação à nota técnica do Ministério da Saúde, que orienta quanto à vacinação de gestantes e puérperas, lembrava que, apesar de não ter ainda estudos com estes grupos, já tem comprovação de segurança e eficácia para a vacinação, tanto das gestantes como das puérperas que estão recomendando. Assim, estavam incluindo gestantes e puérperas como grupo prioritário para a campanha de vacinação da Covid-19 e depois definiriam quais são as recomendações e orientações para as pessoas com doença renal crônica dialítica que já tinham vacinado na Bahia, tendo uma previsão de vacinar aqui quase dez mil pessoas, já tendo sido vacinados sete mil e a orientação é de reforçarem, comentando para facilitar isso, se puderem, inclusive para que sejam atendidas também nas clínicas, porque alguns estados estão questionando a recusa de alguns municípios em vacinarem os pacientes que fazem diálise nas clínicas aqui do estado da Bahia, dois estados já pontuaram isso. Dessa forma já foi recebido a vacina e seria bom discutirem hoje que a necessidade de se favorecer a vacinação de todos os pacientes renais crônicos em tratamento de hemodiálise no estado. Para as orientações da vacinação das pessoas com deficiências permanentes que constam inicialmente, a proposta é de vacinar esse grupo cadastrado no Programa de Benefício da Prestação Continuada e assim, as secretarias estaduais e municipais de saúde se articularem com as secretarias de assistência social, para terem acesso à relação nominal dos pacientes cadastrados.





Nos slides seguintes apresentou a proposta para discussão de hoje, de garantirem a continuidade de vacinação de todos os grupos prioritários pactuados anteriormente, lembrando que só faziam uma revisão de todos os grupos da fase I, idosos em instituição de longa permanência, indígenas aldeados - de aldeia homologada ou não - e trabalhadores de saúde, quilombolas, idosos com 60 anos ou mais, pacientes em tratamento de hemodiálise, essas categorias de doenças crônicas que já tinham citado anteriormente, forças de segurança e salvamento com 40 anos ou mais, trabalhadores da educação com 40 anos ou mais, trabalhadores de transporte coletivo rodoviários, metroviários, ferroviários, urbanos e intermunicipais com 50 anos ou mais e trabalhadores da limpeza urbana com 40 anos ou mais. E a segunda proposta é para incluir no grupo de vacinação, com a próxima remessa de vacina prevista para chegar até segunda-feira, grupos de condições clínicas especiais e portadores de doenças crônicas e a proposta é para já iniciarem a vacinação das gestantes e puérperas, lembrando que é sempre a partir de 18 anos de idade, inicialmente as gestantes e puérperas portadoras de alguma doença crônica e, após vacinar esse grupo das gestantes e puérperas, avançarem para as demais gestantes e puérperas, nessa ordem de escalonamento. Em relação ao grupo de pessoas com comorbidades, os grupos anteriormente pactuados, não se definiu uma faixa etária limite, não são todos e para a discussão de hoje a proposta é incluir todas as outras comorbidades e avançarem por ordem decrescente de idade, de 59, 58 anos, e irem avançando até os 18 anos. Da mesma forma, as pessoas com deficiência permanente cadastradas no Programa de Benefício de Prestação Continuada, também por ordem decrescente de idade, e outros portadores de deficiência permanente grave seriam posteriormente contempladas nas próximas fases.



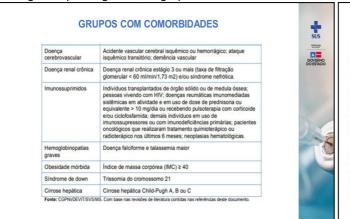
O Coordenador solicitou um esforço para não utilizarem a palavra 'comorbidade', pois não representa o que estavam falando e deu como exemplo de comorbidade, quando uma pessoa diabética tem hipertensão, é uma comorbidade para um diabetes, mas se é diabético, é portador de uma doença crônica, se tem doenças crônicas, pelo Ministério não tem como mudar, e ficava muito mais claro para todos e os médicos entenderem que são pessoas com doenças crônicas. Vânia Rebouças disse que traziam o que está descrito no plano, mas considerava muito boa sua contribuição e às vezes é apenas uma doença crônica e

SUS

seria melhor realmente se fosse doença crônica, então os portadores dessas doenças crônicas como diabetes, e eles não detalhariam, mas no plano tem a descrição mais detalhada e observassem que no grupo de hipertensão arterial resistente tem algumas características, não é qualquer hipertensão arterial persistente e tem também outras classificações descrevendo cada uma dessas doenças crônicas. O Coordenador fez uma observação quanto a esse grupo anterior, do ponto de vista médico é difícil operacionalizar essas categorias da forma como estão uma coisa é eu ter o médico e lhe pedir para se cadastrar no sistema da prefeitura para lhe repassar o relatório, outra coisa é para 85, 89% da população da Bahia que é dependente do sistema público do estado e que não tem acesso a seu médico, não tem acesso a seu prontuário e estaria fora desse sistema. E na prática não tinha como operacionalizar esses critérios da forma como estão, concordava que o ideal seria começarem pelos mais graves ,então mais adiante teriam que ver como fazer para recepcionar as pessoas com hipertensão e diabetes, pode ser qualquer indivíduo com diabetes, desde tenha uma glicemia de jejum normal e uma curva de tolerância oral a glicose superior a duzentos o que já é diabetes e já podendo ter a hemoglobina glicosada normal ou um diabético em uso de insulina em dose alta, com a função renal já alterada, ou com perna amputada, então um espectro grande, teriam que voltar a conversar sobre isso porque a seu ver é impossível segregar esses critérios de gravidade da forma como estão lançados no PNI. Vânia Rebouças agradeceu ao Secretário pela contribuição e disse que vale a pena discutir formas mais eficazes de operacionalização para estes grupos, já tendo uma experiência de trabalho da campanha de vacinação contra influenza, exigindo ao paciente comprovar de alguma forma que é portador de uma dessas doenças crônicas, podendo ser um relatório médico, ou laudo de exame e que a triagem da vacinação pudesse ser feita com segurança, enfim, para facilitar o acesso das pessoas portadoras dessas doenças crônicas, porque se exigissem o relatório atualizado, por exemplo, poderia ter dificuldade para conseguir incluir os grupos que não têm acesso nesse momento, a maioria deles com muita frequência tem dificuldade de acesso às consultas médicas, sendo importante fazerem também essa consideração. Raul Molina, Secretário de Saúde de Muritiba e Membro da CIB, colocou que diante das comorbidades, uma diabetes do tipo 1, mesmo com o relatório bem elaborado e com uma bomba de infusão de insulina, não caracterizaria o risco específico, então poderiam colocar portadores de diabetes ou dessas doenças, inclusive hipertensão, como outras patologias que representem risco alto para infecção por Covid-19 então colocariam diabetes somadas a outras patologias que representem um risco ou alto risco. O Coordenador repetiu que deixassem para discutir isso mais à frente, depois da apresentação, estava dizendo que é impossível para quem estiver no posto da vacinação fazer este discernimento. Vânia Rebouças apresentou todas as doenças cardiovasculares que são elegíveis para vacinação contra Covid-19



No slide abaixo, os grupos de doenças crônicas elegíveis para a campanha de vacinação da Covid-19 e aqui apresentadas para iniciarem a vacinação desses públicos: as doenças cerebrovasculares, incluindo aí as pessoas com acidente vascular cerebral isquêmico ou hemorrágico; doença renal crônica, que já tinham começado a vacinar na Bahia bem mais precocemente, os imunossupresos de uma maneira geral e disse que o plano inclui os transplantados no grupo de imunossupressos e, por uma questão operacional, tinham dividido isso no início da campanha da vacinação; as hemoglobinopatias graves; os grupos de obesidade mórbida; Síndrome de Down; cirrose hepática.



TRABALHADORES DE SAÚDE - REVISÃO DE ESTIMATIVAS ATÉ 03/05/2021

Considera-se trabalhadores da saúde a serem vacinados na campanha, os indivíduos que trabalham em estabelecimentos de assistência, vigilância à saúde, regulação e gestão à saúde; ou seja, que atuam em estabelecimentos de serviços de saúde, a exemplo de hospitais, clínicas, ambulatórios, unidades básicas de saúde, laboratórios, farmácias, drogarias e outros locais. Dentre eles, estão os profissionais de saúde que são representados em 14 categorias, conforme resolução n° 287, de 8 de outubro de 1998, do Conselho Nacional de Saúde (médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, biólogos, biomédicos, farmacêucos, odontólogos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da educação física, médicos veterinários e seus respectivos técnicos e auxiliares), agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, profissionais da vigilância em saúde e os trabalhadores de apoio (exemplos: recepcionistas, seguranças, trabalhadores da limpeza, cozinheiros e auxiliares, motoristas da ambulâncias, gestores e outros).

Inclui-se, ainda, aqueles profissionais que atuam em cuidados domiciliares (exemplos: programas ou serviços de atendimento domiciliar, cuidadores de idosos, doulas/parteiras), funcionários do sistema funerário, Instituto Médico Legal (IML) e Serviço de Verificação de Óbito (SVO) que tenham contato com cadáveres potencialmente contaminados e; acadêmicos em saúde e estudantes da área técnica em saúde em estágio hospitalar, atenção básica, clínicas e laboratórios. Os trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de serviços de interesse à saúde das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), casas de apoio e cemitérios serão contemplados no grupo trabalhadores da saúde e a recomendação é que também sejam vacinados.

Ressaltou que foi solicitado aos estados no último Informe do Ministério da Saúde e ela pedia mais um esforço a todos os secretários para revisarem a estimativa de trabalhadores de saúde em cada um dos quatrocentos e dezessete municípios da Bahia, comunicando que já foram vacinados quatrocentos e dez mil trabalhadores de saúde, tendo ainda mais oito mil

trabalhadores de saúde para serem vacinados, de acordo com as estimativas do Ministério. No entanto, a grande maioria dos municípios relata o aumento da estimativa desse grupo prioritário, então é importante que todas as secretarias façam um esforço para que, na próxima segunda-feira, fosse atualizado esse cadastro e articulariam com o COSEMS para terem um acesso, talvez, por meio de um link, em que pudessem consolidar isso de uma maneira mais rápida, a necessidade maior é pleitearem as doses necessárias para vacinar 100% dos trabalhadores de saúde. Lembrou que dispunham de acadêmicos de saúde que estão chegando agora para o estágio e que não foram vacinados no semestre anterior, precisando, pois ser contemplados com a vacinação. E gostaria de fazer uma revisão do conceito em relação aos trabalhadores da saúde a serem vacinados na campanha, que é bem amplo e geral, conforme proposta e garantia do plano nacional. Assim, os indivíduos que trabalham em estabelecimentos de assistência, em vigilância, regulação e gestão da saúde, ou seja, todos os trabalhadores de saúde que atuam em estabelecimentos de serviços de saúde, a exemplo de hospitais, clínicas, ambulatórios, unidades básicas de saúde, laboratórios, farmácias - incluindo os atendentes de farmácias, drogarias - e outros estabelecimentos que são vinculados à saúde, dentre estes, os profissionais de saúde que estão representados nessas quatorze categorias, conforme a resolução que está sendo apresentada aqui, mas esses trabalhadores e profissionais que atuam diretamente, ou prestam serviços diretos nessas áreas anteriormente descritas, o grande legue de profissionais e trabalhadores de saúde que de uma maneira geral é mais ampla, incluindo também os trabalhadores de apoio como recepcionistas, cozinheiros e auxiliares que trabalham em serviços de saúde de uma maneira geral. Além disso, inclui-se também os profissionais que atuam em cuidados domiciliares, a exemplo de programas ou serviços de atendimento domiciliar ou cuidadores de idosos, doulas, parteiras, funcionários do sistema funerário, do instituto médico legal, que atuam em serviço de verificação de óbito, que têm o contato com cadáveres potencialmente contaminados e os acadêmicos em saúde, estudantes da área técnica em saúde e atuando em estágio hospitalar, também são classificados como trabalhadores da saúde e precisam ser contemplados, atenção básica, clínicas, laboratórios e os trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de serviços de interesse à saúde, nas instituições de longa permanência para idosos que já foram vacinados desde a primeira fase da campanha, além das casas de apoio, cemitérios, todos esses grupos de trabalhadores de saúde devem ser contemplados na campanha de vacinação contra Covid-19. Tinham a chance de atualizarem a estimativa no território baiano e para isso precisavam contar com o apoio de todas as quatrocentas e dezessete secretarias municipais, para poderem validar esse número de estimativa, provavelmente na segunda-feira, a partir de um link, corrigindo inclusive a estimativa trazida pelo Ministério da Saúde, e levarem esse número para pleitearem as doses ao Ministério da Saúde. Informou que conforme o Informe Técnico desta semana, o estado de Santa Catarina já tinha sido contemplado, porque conseguiu validar e após o envio de todas as secretarias, precisavam validar em CIB para ser incorporado pelo Ministério da Saúde. Já tinham encaminhado a estimativa de quilombolas e de ribeirinhos, ainda não enviaram as doses dos ribeirinhos, e o MS estendeu o prazo para fazerem correções necessárias, autorizando também o envio das estimativas revisadas até o dia quatro de maio. Pediam assim esse esforço para fazerem esse levantamento até o dia três, para terem tempo de consolidar as informações e enviarem ao Ministério em tempo oportuno. Abriu a discussão, agradecendo mais uma vez a participação de todos e parabenizando pelo excelente trabalho que todos vêm realizando no território. Stela Souza esclareceu que este levantamento foi aprovado na CIB de quinta-feira, tendo sido acordado que encaminhariam o informe SUS para os municípios informarem e sem precisar ser encaminhado à CIB, as áreas técnicas da SESAB e do COSEMS fariam o levantamento e seria encaminhado ao Ministério da Saúde. Foi incluído não apenas essa estimativa e não somente de trabalhadores, porque vários municípios estão questionando ao COSEMS o número de idosos que consta maior na estimativa do que o que está posto. Isso foi pauta de CIT e quando se diz que se vacinou 100% é o que o Ministério publica, e se informar que já foi enviada vacina para 100% do grupo 'X', de população 'Y', esta não é a realidade dos municípios onde a estimativa não corresponde. Tinham, então, combinado e aprovado na CIB que esta estimativa seria apresentada e o COSEMS não a liberou porque precisavam da ajuda da área técnica da SESAB para fazerem esse levantamento com todos os municípios. Na quinta-feira passada o COSEMS preparou e não sabia e foi divulgado, nem se consta a outra coisa que tinha ficado combinada, sobre D2, também pactuada na CIB de quinta-feira, são dois levantamentos separados, porque cada um tem uma justificativa e ambos estão aprovados pela CIB, incluindo a fonte que o Ministério cobra no ofício e que foi discutido na reunião do CONASS bem como na CIB, de que a fonte é a fé pública do gestor municipal de saúde, que está sendo respondido no formulário, não tendo como se deslocarem até o território ou pedirem algum censo ou algo semelhante porque, se o Ministério tivesse censo não teria cometido esse equívoco. Voltando ao trabalhador de saúde, a estimativa que for usar esqueceram inclusive de vários serviços, como foi apresentado, de que vários foram abertos em todo o Brasil e isso já está pactuado. Ao final, depois de todos falarem, queria discutir comorbidades para que pudessem entender algumas coisas, muita dificuldade e que não está claro. Leonardo Prates saudou todos os trabalhadores da saúde, em nome da equipe da SESAB, por ter feito um bom trabalho na nossa coordenação e os tem ajudado a conduzir, agradeceu a toda a CIB por esse momento, falando da proposta que Vânia Rebouças coloca, complementando um pouco a proposta do que a CIB autorizou, faltando apenas serem vacinados os cuidadores que abririam o cadastramento nessa semana, porque cuidadores se constituem também em um ponto de fraude muito grande, os cuidadores que são contratados como trabalhadores domésticos podem gerar uma grande confusão. Estavam discutindo as ferramentas com o Ministério Público sobre a forma de fazer o cadastramento, acreditava que nessa semana já estivessem com essa ferramenta desenhada e agradecia essa proposta a Vânia Rebouças e ao Secretário Fábio Vilas-Boas por terem visto que alguns municípios, como Mairi, avançaram em todas as comorbidades aprovadas pela CIB. Assim, já tinham feito os renais crônicos, e não deixa de entrar pacientes todos os dias, ele estava pegando usuário do sistema e passando para uma lista da prefeitura e permitindo o acesso pelas unidades básicas. Estava discutindo sobre os hospitais estaduais com Tereza Paim, Fábio Vilas-Boas e Rívia Barros, que fez a provocação em relação ao cadastramento dos pacientes que são atendidos na rede estadual, então já abrirem essas quatro comorbidades, já tinham vencido a questão dos idosos, então a sua defesa do que estavam conversando com o pessoal da SESAB é que eles abrissem a questão das comorbidade e a metodologia que a SESAB identificasse como mais positiva, eles se se adaptariam mais lembrava o que Fábio Vilas-Boas colocou, que a vacinação de comorbidades não é rápida, é muito lenta, mesmo se adotassem o colocado no relatório. O Coordenador o retificou sobre o que tinha dito, que não dava para quererem fazer desse jeito, e levaria um ano e não vacinaria 10% das pessoas, querer apresentação de um relatório médico pela pessoa hipertensa, informando que tem lesão de órgão alvo para poder vacinar, ele vacinaria 10% dos hipertensos, geraria um desgaste enorme,

202

203

204

205

206

240

241

242

243

244

245 246

247

248

249

250 251

257

258 259 260

261

262

263

264

265 266

267

porque todo mundo teria que procurar o médico, que não estaria disponível e beneficiaria apenas os que estão no sistema privado de saúde, e isso é inexequível então, já lhe dizia que tem quase um milhão de pessoas nessas categorias de comorbidades, assim, chamados novecentos e sessenta mil, tem que abrir tudo e colocar por idade de cinquenta e nove para baixo, e esquecerem relatório para chegar com a receita médica do SUS para hipertensão e o que podia ajudar para minimizar é a receita ter menos de um ano. Leonardo Prates sugeriu a ele e a Stela Souza, por estarem na liderança, que fizessem uma reunião estendida com o Ministério Público, que são os primeiros a lhes exigirem documento, estava a favor e deveriam descer por idade, porque é o critério mais democrático, sendo a fase que mais tinham avançado. O Coordenador falou que o paciente portador de doença crônica por idade, de cima para baixo, é a forma mais simples. Stela Souza dirigindo-se a Leonardo Prates comentou que é necessário lembrar-se de todos e precisavam apoiar e cuidar de todos os municípios, concordava com as colocações dele, que consegue até fazer cadastro online, mas, no mínimo, 90% dos municípios não conseguem fazer nada disso, é no olho e na mão mesmo, e só queria falar aqui, não queria discutir ainda essa os critérios, mas por uma defesa do que está sendo falado sobre as comorbidades que constam no PNO e que foi atualizado no último dia vinte e sete, que não trás sequência de doença. Então uma sugestão de encaminhamento e o que o Secretário está colocando, de talvez ser na faixa etária, começando de 59 anos, mas independentemente de ser problema cardíaco, renal, câncer, e gestores liberarem a vacina para todos com 59 anos de idade que fossem, não deve ser feita a escolha, porque amanhã ou depois esta CIB poderia ser responsabilizada se o paciente hipertenso fosse a óbito e a CIB ser cobrada por não ter liberado para o hipertenso. A CIB não tem esse direito de fazer isso então o encaminhamento de hoje é tem vacina vai e vacina tem lá todo mundo tem não precisa dizer que está na página trinta e dois e trinta e três do PNO, Vânia Rebouças apresentou o que foi publicado, foi entregue a todos os gestores e eles seguem nessa lógica, não sendo Stela Souza, Fábio Vilas-Boas nem os membros Cristiano Sóster, Cássio Garcia e outros que vão diriam qual é a sequência, se tem a vacina continuavam vacinando. Inclusive a motivação da CIB de hoje é porque, pelo menos do seu conhecimento, dois municípios informaram que não vacinariam nesse final de semana, porque não tinham autorização e a autorização está no grupo de comorbidades ou todos os trabalhadores de saúde. Se o município vacinou ou não, a responsabilidade não é da CIB, isso tendo que ficar claro. Leonardo Prates se colocou de acordo sobre a fala Stela Souza, de que a responsabilidade é do município, e estava usando o parâmetro que ela está utilizando, e concordava com esse parâmetro do critério de 59 para 18 anos, começavam descendo. Assim, pegando a sua expressão de que tem vacina e o que todos os públicos já autorizados pela CIB devem receber, até por igualdade, o mesmo tratamento, de 59 para 18 anos e o município, tendo vacina, vacinar, então seria apenas essa a correção que faria na proposta de Vânia Rebouças, de que todo tratamento que está sendo dado já que tinham aberto públicos antes mesmo das comorbidades e estavam adiantados na Bahia e parabenizava o Secretário Fábio Vilas-Boas por todos os grupos já estarem abertos pela CIB para receberem o mesmo tratamento, que fosse de 59 anos para 18 e mais, que o município vacinasse conforme a sua disponibilidade de doses essas são as suas considerações. Stela Souza concordou e repetindo a responsabilidade, abria para o restante, a menor idade, isso está sempre dito em todas as resoluções, se alguns municípios conseguem e outros, não talvez a estimativa lhe mostrasse e o estudo da distribuição de vacina que está sendo encaminhado, dos públicos alvos vacinados que talvez algum dia lhes mostrasse o que está acontecendo, que tem vários municípios que não conseguiram e hoje foi citado Salvador e Mairi como exemplos, os dois municípios que até agora se manifestaram, porque na assembleia do COSEMS todas as queixas são de que não se conseguiu avançar e devendo dar liberdade e seguindo na comorbidade, o município que conseguisse avançar, descendo na faixa etária, ao vacinar os de 59 anos partir para o de 58 e lembrando que comorbidade não tem sequência um, dois, três, quatro ou cinco, o Secretário acabou de falar e é o que consta no PNO, onde tem todos, não tem seguência de prioridade, mas obrigado para todos com comorbidades. Leonardo Prates se colocou de acordo, desde que esse critério fosse para todos os públicos que a CIB já autorizou. Cristiano Sóster cumprimentou a todos, trazendo algumas análises que outros estados já discutiram e aprovaram em CIB e seguiram muito a orientação que o Secretário Fábio Vilas-Boas já colocou, trazendo as doenças crônicas não transmissíveis, com ou sem comorbidades, conforme o plano, e estabelecendo exames recentes, receitas, relatórios médicos, como documento comprovatório, outros documentos que possam comprovar, isso que eles tinham estabelecido, mas na perspectiva de poderem fazer essa relação por idade, não estabelecendo por estratificação de doenças crônicas ou comorbidades para que pudessem marcar o maior público possível. Stela Souza, comentou sobre uma pauta que acabou de chegar do CONASEMS, já com data e horário de vacina, estava tentando ler, mas quando chegasse deficiente, e discutiriam sobre quem é deficiente, porque o que não enxerga sequer com óculos ela não sabia se não é deficiente, mas, voltando à pauta, entravam para as comorbidades, conforme está colocado, descendo de 59 anos em diante, a comorbidade é uma preocupação, é uma categoria de pessoas extremamente frágeis e que podem realmente acometer a Covid de forma grave e isso não podia ser deixado de lado. Ao falar isso estava propondo que o Secretário, que também propôs de 59 para baixo, e que o Leonardo Prates coloca para descer para todo mundo, para descer forças armadas até 18 anos, e se fosse essa proposta do município de Salvador, que esquecessem comorbidades, não vacinariam comorbidade, dava dissenso, porque não teriam vacina. Leonardo Prates comentou que não tinham consenso, então para nenhuma proposta tinham consenso e Stela Souza perguntou aos colegas se todos concordavam. Leonardo Prates repetiu que Salvador estava abrindo dissenso também em relação à proposta colocada hoje. Stela Souza sugeriu o encaminhamento de fazerem outra reunião da CIB e, se não aprovassem, levariam para a CIT. Raul Molina colocou que quando chegam a essa situação de não se aprovar nem o que está posto nem o que está por vir, teriam que se reportar a instância superior, sabiam disso, então estava apenas chamando atenção ao regimento, teriam que seguir o que a instância superior recomendasse e pedia que, se possível, avançassem para uma busca do consenso, e não havendo possibilidade tudo bem. Leonardo Prates falou que, então, é só apresentar uma proposta que atendesse a todos estava aberto a propostas, mas a colocada não atende o município de Salvador, até porque considerava razoável e eles tinham aberto o público, certo ou errado, tinham pactuado juntos e o público de força de segurança, por exemplo, que foi antes de comorbidades e eles já avançariam em todas as comorbidades, a CIB está autorizando e eles ainda estavam ficando para trás em força de segurança, então essa é sua opinião e não é dono da verdade. Stela Souza frisou que não está escrito na CIB, na CIB está escrito trabalhador de educação de 40 anos, não está escrito descer, estava dando uma opinião porque seriam processados por todos e estava avisando isso como Coordenadora Adjunta da CIB e com todas as informações e as conversas que o COSEMS está tendo, eles responderiam por não estarem vacinando as pessoas com comorbidades e

269

270

271

272

273

284

285

286

287 288

289

290 291

292 293

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312 313 314

315

316

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331 332

333

334

chegando aos trabalhadores de saúde, que concordava o COSEMS é o que mais luta para que tivesse vacina para todos e estavam trazendo para a CIB uma responsabilidade que é do Ministério da Saúde, que não comprou nem entregou vacina e, se dirigindo a Leonardo Prates, assegurou que trariam para eles essa responsabilidade de não inserirem comorbidades. Leonardo Prates retrucou para ela que não é apenas seguir o PNI, tinham passado a seguir o PNI e se não há consenso na CIB, passavam a seguir que é o regramento geral da CIB, e existem as peculiaridades locais para discutirem, mas se não tivesse consenso nem nas peculiaridade locais, o que ela e Fábio Vilas-Boas colocaram com muita correção, que só públicos que já estão no PNI e que eles não estavam conseguindo se entender, eles seguiriam o PNI o que eles fariam não seria proibido às pessoas de tirarem a comorbidade e concordava com o que Raul Molina disse sobre o dissenso e nesse momento eles teriam que se submeter 100% ao PNI. Rívia Barros colocou uma contra proposta, depois de ouvir a todos, via que estavam esquecendo que vinham votando os grupos de acordo com os grupos que o Ministério da Saúde estava mandando doses e os outros grupos avançavam à medida que tivesse sobrado doses dos grupos nos municípios e deu como exemplo o município que terminou a vacina de idosos de 60 anos e está com dose sobrando e então vai fazer educação, segurança, então não sabia se contemplaria a todos, se colocassem assim, que todas as comorbidades fossem trabalhadas pela idade, porque estava chegando doses para todas as comorbidades, inclusive para deficientes e gestantes, então eles colocariam de 59 a 18 anos, é a proposta que todo mundo guer e cada município ia subindo a idade, até chegarem aos 18 anos, de acordo com a organização deles. E as outras áreas que já foram votadas, mas que ainda não trouxeram doses e que estão sem doses e que estavam limitando por idade, eles podiam colocar que, à medida que o município tivesse doses sobrando, ele avançaria também, e podiam deixar assim: de 59 a 40, 40 a 39, inclusive tem isso também no PNI ou na resolução, então contemplariam os dois grupos, o que não deixaria em aberto, como Stela Souza se preocupa, de o município optar por vacinar educação, segurança e 'esquecerem', nesse momento, as comorbidades. E muda, vacinação de doenças crônicas seria como se fosse o idoso, então até terminarem as comorbidades e tendo o município vacina sobrando, avançaria com os outros grupos, também por idade. Leonardo Prates apresentou outra contra proposta para Stela Souza, salientando que não tem discussão entre Leonardo Prates e Stela Souza, já que Raul Molina tinha pedido uma contra proposta e para eles não esvaziarem a CIB, faria uma contra proposta generosa e já tinha entendido a preocupação de Stela Souza e de Rívia Barros e fazem o seguinte: 80% das doses recebidas pelo município ter que ser utilizadas até serem zeradas as comorbidades e 20% o município ficaria liberado, isso foi feito em Goiás, e ficar liberado para vacinação dos públicos já autorizados pela CIB, em ordem decrescente, porque garantiriam os dois lados, garantiriam que seria vacinado e a grande quantidade de doses podiam até propor um índice maior, sem problema, a CIB em Goiás está usando que 80% e conversava ontem conversara com a assessoria de Ronaldo Caiado, que lhe informou que 80% das doses que estão chegando agora, desde esse pacote de sexta-feira, devem ser usadas para comorbidades. Em relação ao município de Salvador, podiam se tranquilizar, estavam com as quatro comorbidades abertas pela CIB e estava priorizando as comorbidades, então, poderia se estabelecer um valor 80, 85% das doses que virem e necessariamente teriam que ser utilizadas para comorbidades até o município zerar as pessoas com comorbidades até 18 anos, e com os 15% podiam avancar com os outros públicos que tinham aberto antes e entendia que empatia é se colocar no lugar dos secretários municipais, e se colocava no lugar dos secretários municipais e seu sofrimento, porque estava mesmo sofrendo, falou de uma delegada da polícia civil que todo dia lhe manda uma mensagem, sobre trabalhador da educação e APLB que todo dia lhe mandava uma mensagem, assim eles encontrariam o que no popular se chama equilíbrio e perguntou se todos concordavam. Jacqueline Bomfim, Secretária Municipal de Saúde de Coribe e Membro da CIB, cumprimentou a todos, disse que entendia a situação de Salvador quando e não sabia que Mairi está nessa situação, uma vez que o gestor é representante deles na CIB, mas insistia no posicionamento de Stela Souza, que é o dos membros do COSEMS, de que comorbidades não podem deixar de ser tratadas como prioridades absolutas, alguns municípios em algumas regiões já sinalizam vacinar educadores acima de 40 e tinham certeza para onde vão os outros pacientes. Talvez a contraproposta de Leonardo Prates, já que ele deu dissenso, pudesse ser revista, mas precisariam também ver números e não sabia se tinham condição de fazerem algum acordo hoje, sem considerar primeiramente a situação das comorbidades e na CIB tinham pactuado erradamente, ao negociarem a idade de 40 anos, mas isso vinha lhes trazendo grandes transtornos. Geraldo Magela, Secretário Municipal de Saúde de Ilhéus e Membro da CIB, cumprimentou a todos, concordando plenamente com Jacqueline Bomfim, que foi o que tinham discutido no COSEMS, e comorbidades são a sua prioridade zero, não se explicava tentar vacinar outras pessoas sem zerar comorbidades. Referindo-se ao Secretário de Salvador, disse que se ele conseguisse zerar as comorbidades, podia avançar em outros grupos, mas fora isso é um desserviço ao SUS, não concordava nem com 10% nem com 0.5%, a não ser que cumprissem rigorosamente as comorbidades. Ou interpretavam o SUS de forma integrada, ou sacrificariam as comorbidades, em termos de quem recebe em números as vacinas, não se explicando, numericamente, avançar em algum outro setor em detrimento de outros. Reforçou que estudava e gostava muito de planejamento e estatística, e afirmou que nenhum município tem condições numéricas de avançar para qualquer outro grupo, se não sacrificar as comorbidades. Não concordava em sacrificar comorbidades, por achar ser uma questão de bom senso e precisavam zerar comorbidades, seria um problema a questão de hipertensão, então tinham que ver os números de quem morre e o que está acontecendo na realidade, tinham que ir para as comorbidade e após zerarem comorbidades poderia discutir, pois já não tem vacina e não tem nenhum município com condição de fazer isso se não for sacrificando os números de pacientes com comorbidades. E se dirigiu ao Secretário de Salvador para que avançassem com as comorbidades e isso foi discutido amplamente no COSEMS e agradeceu. Cristiano Sóster relatou um levantamento feito na SESAB e a desassistência dos usuários com doenças crônicas tinha lhes preocupado muito, com a assistência dessas pessoas com doença crônica e comorbidades reduzida em 30%, uma preocupação que vem sendo debatida na Organização Mundial da Saúde, na Organização Pan-Americana da Saúde, nos fóruns intersetoriais, com uma corrida muito grande agora, porque já existe uma previsão da terceira onda, que atingirá principalmente pessoas ainda não vacinadas e eles tinham que correr, a previsão de uma terceira onda, discutida nos modelos epidemiológicos, é para início de julho. Estavam então com pouquíssimo tempo e teriam que improvisar para as pessoas que têm maior risco, que hoje são as pessoas portadoras de doenças crônicas com comorbidades. Assim, questionava por que não priorizar as pessoas com doenças crônicas chegando até os 40 anos, equalizando a idade e já é um grupo de menor o risco do que pessoas acima de 40 anos e dando para se incluir inclusive os grupos que já foram elencados, porque esses têm uma letalidade menor do que as pessoas com uma doença crônica ou uma

336

337

338

339

340

341

342

343

344 345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374 375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387 388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

comorbidade. Com isso comecariam a estabelecer por idade, chegando a 40 anos, incluindo-se todos os que já foram autorizados na CIB, trazia isso como uma possibilidade, mas para se analisar. Leonardo Prates comentou, em relação a desserviço ao SUS, que se é desserviço vacinar trabalhador da segurança e trabalhador de educação, então essa CIB já cometeu esse desserviço, porque trabalhador da segurança começou muito antes de comorbidades e lembrava inclusive que-o Ministério só começará a mandar doses para comorbidades em maio. Assim, Salvador está disposta ao diálogo, mas, se mantida essa posição, entende que é melhor seguir o PNI e essa CIB perde inclusive a sua função na vacinação, porque o que tinham pactuado de públicos que tinham aberto em conjunto está sendo chamado de desserviço quando se quer fazer na idade ele já tinha feito, abrindo a vacinação de 18 a 59 anos, em imunossuprimidos e transplantados, porque aqui foi pactuado os quatro Estratos mas mudariam a metodologia e não estava contra, porque tudo é possível de ser mudado, mas não achava isso um desserviço. Assim, entendia a posição de todos, mas pedia que entendessem a sua e mantinha o dissenso de Salvador. Dirigindo-se a Cristiano Sóster, disse que se tranquilizasse, as comorbidades seriam vacinadas, porque todos vacinariam de acordo com o Plano Nacional de Imunização, que é regramento maior, quando não há consenso na CIB tinham que seguir a instância maior, que é o Plano Nacional de Imunização. Não havendo consenso a partir de agora todos teriam que se subordinar de forma engessada ao plano nacional. João Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde de Itaberaba e Membro da CIB, cumprimentou a todos e frisou que eles mesmos tinham criado uma situação que está trazendo limitações para todos, ao ampliarem a faixa de 40 anos. Entendia que hoje nenhum município tem dose disponível para poder avançar em outras fases, como a educação e a segurança pública, por não terem atendido ainda as comorbidades, que há um público muito grande que está se estimando hoje e Salvador talvez tivesse uma liberdade maior, pelo número de doses, mas não é essa a realidade dos maiores municípios, então traria uma cobrança muito grande. Stela Souza colocou que a fala do Secretário João Rodrigues está cortando e lhe pediu que escrevesse um resumo do que você está falando no chat. Agradeceu a Cristiano Sóster por ter feito uma proposta de bom senso que desce às comorbidade até 40 anos, que é onde já estavam com o grupo pactuado e aprovado em CIB, para todos executarem e quando chegarem a 40 anos irem descendo todos e eles não tinham autorizado menos de 40 anos, então, quando chegassem a 40 anos, desceriam para todo mundo, conforme a disponibilidade de vacina, e perguntou se Leonardo Prates tinha ouvido a proposta. Leonardo Prates comentou que essa proposta ainda não lhe atendia, não concordava e tinham aberto inclusive alguns públicos antes de comorbidades e essa proposta não atendia Salvador, e repetiu que, se mantido esse posicionamento, lamentava, mas Salvador passaria a adotar o PNI. Raul Molina salientou que essa instância serve precisamente para fazerem um exercício da democracia, da liberdade e dos pensamentos, apesar de não concordarem com algumas coisas, de uma forma geral aqui as posições individuais não são as coletivas, queria fazer esse recorte individualmente para que continuassem avançando. Tinham dois caminhos, um caminho é asfaltarem a trilha que vinham fazendo e honrar tudo que foi feito em comum acordo, esse é o fórum de recolocar o trem nos trilhos em cada momento, esse exercício eles teriam que fazer e Leonardo Prates compreende isso muito bem, porque está acostumado a fazer esse tipo de debate no contraditório, às vezes as palavras não refletem o pensamento de todos, e ninguém está fazendo desservico, todos estão fazendo servicos para todos, e a procura do consenso seria o ideal e seguiam para PNO, para honrar o já pactuado e continuar honrando o que tinham feito. Pediu a Leonardo Prates para ouvir de novo a proposta de Cristiano Sóster e avançarem ou, caso contrário, já estava definido e iriam para o PNO. Cristiano Sóster reforçou que é uma forma de poderem priorizar o público que está de fato com o maior risco, a proposta seria priorizar as doenças crônicas com as comorbidades, baixando a idade até chegar aos 40 anos, a partir disso incluir todos os outros grupos que já foram aprovados, então é uma forma de protegerem o máximo das pessoas que estão em risco e é só nessa perspectiva. Leonardo Prates repetiu que o município de Salvador tem divergência também nessa proposta, enfim, iriam para o PNO e as comorbidade seriam vacinadas conforme o PNO e ninguém estava parando comorbidades, porque o PNO está inclusive na fase de comorbidades para quem terminou os 60 anos. Cristiano Sóster lhe justificou que a única condição para eles seguirem o PNO é que a vacinação de outras idades pararia para os outros municípios. Leonardo Prates pediu para Cristiano Sóster explicar, porque não tinha conseguido entender. Cristiano Sóster explicou ser porque no PNO não está prevista essa condição da dificuldade, que é da guarda municipal, polícia militar, professores. Leonardo Prates colocou que está na quarta fase e logo depois de comorbidades estão esses públicos. Cristiano Sóster confirmou que logo depois das comorbidades eles seguiriam. Raul Molina disse que queria entender melhor o que estava levando Leonardo Prates a não aceitar eles avançarem com todas as comorbidades, que são novecentas e sessenta mil pessoas, de forma regressiva de 59 a 40 anos, lhe perguntando qual é o problema e de que forma isso está contrariando a Prefeitura de Salvador, porque até ontem sua alegação era de que não tinha pessoas para vacinar e a razão para descerem para os professores e segurança tinha sido para terem gente para vacinar, estavam com 70 mil doses paradas, e estavam lhe oferecendo aqui novecentos e sessenta mil pessoas para serem vacinadas em uma semana, para ser revisto o avanço dos outros professores na próxima CIB. Leonardo Prates explicou que a própria CIB se coloca em xegue, porque as forças de segurança estão abertas antes de comorbidades, e em termos de critério de início e de público, eles teriam que ir antes para os públicos abertos, estavam autorizando o município a fazer todas as comorbidades e travando os municípios nos outros e para ele isso não ficava claro, porque se travar os municípios para aqueles públicos. O Coordenador respondeu que não estavam travando porque, quando tinham pactuado a inclusão naquele momento, não estava no PNI, pois eram pessoas idosas, professores acima de 55 anos, pessoal da polícia com mais de 50 anos, essa tinha sido a ideia, de alcançar pessoas que tinham um risco e que estavam expostas. Depois tinham dado um passo maior, descendo para quarenta anos, e o limite para comtemplarem antecipadamente esse público foi dado agora, eles tinham que manter a vacinação com o fluxo de pessoas em quantidades suficientes e oferecer para não existir travamento nem alegações de que tem unidades vazias. Então se esse problema de ter pouca gente para vacinar já não existe, perguntou onde está o problema. Leonardo Prates comentou que não tem problema nenhum, apenas estava dizendo que não via razão para a CIB decidir isso, se o PNO já está na fase de comorbidades, então a proposta que a CIB está colocando, apenas Salvador não concorda e seguirá o PNO estava seguindo o que é decidido na CIB, porque entendia que a CIB está sendo um fórum de construção de consensos, mas, na impossibilidade da construção de consenso, porque ele é que não compreendia, não estava pedindo para nenhum município vacinar, o que estava pedindo é autorização para que o município pudesse vacinar, cada um tem a sua peculiaridade local e pode fazer. O que estava pedindo é autorização, não havendo essa autorização e Salvador não sendo compreendido, era muito melhor seguir o PNO, e as comorbidades da forma que estão lá, porque o PNO já está em

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421 422

423

424 425

426

427

428 429

430

431 432

433 434

435

436 437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

comorbidades, para estas pessoas já estão sendo oferecidas vacinas e não o tinha seguido por estarem seguindo o colocado na CIB. Entendia que deveria se submeter a esta instância, mas não havendo consenso, ele buscaria o PNO e buscaria comorbidades. Cássio Garcia falou para Leonardo Prates, sobre ele falar que estavam colocando a CIB em xeque, o que ele tinha dito foi sobre quando é interessante para ele, ele concordava com a CIB, e se não é interessante, ia para o PNO' e ele não conseguia entender. Leonardo Prates lhe pediu perdão, mas já tinha cedido aqui várias vezes, discordava inclusive de propostas financeiras e tinha cedido várias vezes, não achava isso justo e como secretário, em dois anos é a primeira vez na CIB que estava abrindo dissenso, ao que Cássio Garcia argumentou que respeitava sua opinião, mas, como autoridade, tinha direito também de colocar a sua. Leonardo Prates disse que poderia colocar que quando era a favor, ele era elogiado e quando discordava, era criticado, mas nem ele era dono da verdade, nem ninguém. Raul Molina colocou que se definissem nesse momento por seguirem o PNO seria voltarem atrás no que tinham pactuado, significando que não estavam mais concordando com o que todos tinham sido a favor. Para não trazer prejuízos às demandas trazidas, não somente as de Leonardo Prates, como também as de todos os municípios, se eles acolhessem o que já tinham definido, estratificando o que está posto com relação às comorbidades, eles seguiriam. E se não houvesse consenso, a PNO estaria retrocedendo para seguirem os Quadros um, dois, três, essa é uma questão de ordem que levantava para a coordenação e, se fosse o caso, encaminhassem para votação. Stela Souza falou para Vânia Rebouças que precisavam de apoio técnico, que Leonardo Prates alertou que não tem nenhuma briga e que não é para eles desfazerem o que tinham feito, todos tinham feito conscientemente, porque ninquém é forçado a nada e Leonardo Prates tem sido um grande parceiro na CIB, em momento algum estavam lhe desmerecendo, na assembleia do COSEMS dessa semana ele participou todo o tempo e em alguns momentos ficou um pouco chateado, ela tinha lhe pedido para não sair e que era importante ouvir e discutir. Eles são secretários municipais de saúde, podendo ser município de cinco mil habitantes, como de três milhões, a gestão municipal cabe a cada um, então enfrentavam várias dificuldades e vários avanços. Assim, ele é uma pessoa extremamente importante para esse processo de discussão e tem contribuído com muita coisa, todos copiavam ações e falas suas, mas tinham que lembrar que tem mais quatrocentos e dezesseis municípios e ele é representante da CIB, não é da capital, representante dos municípios baianos, ele e os outros membros, só queria agradecer tudo isso, se encontrava na CIB há muitos anos, foram poucos os momentos em que eles tinham tido essa dificuldade que estavam tendo hoje e com certeza, até o final eles conseguiriam chegar a um acordo, todos são muito maduros e Leonardo Prates ficou na reunião e acompanhou a angústia dos colegas secretários, colegas dele, dela e de todos. E perguntou a Vânia Rebouças sobre a pauta de entrega dessa remessa, onde é informado que grupo o Ministério está mandando a vacina, pois ela não tinha recebido. Vânia Rebouças respondeu que provavelmente a pauta da próxima segunda-feira seria para gestantes e puérperas com comorbidades, para pessoas com comorbidades de uma maneira geral e o MS coloca o escalonamento por ordem decrescente de idade. E para pessoas com deficiência permanente cadastradas no BPC. Mostrou os grupos no slide, que a Bahia conseguiu avançar e já enviou 100% das doses para pessoas de 60 a 64 anos e o PNI ainda envia um quantitativo para essa faixa etária, tinham conseguido avançar mais uma vez e aqui ratificavam, pois foi consenso em CIB se não fizessem essa reserva técnica operacional do que sempre vinham recebendo, antes era 5%, agora um pouquinho mais, e o total desse quantitativo é distribuído na central estadual, que tem ficado com dezenas de doses de vacina e eles não deixavam mais os 5% dessa reserva técnica e agora são 10% e são distribuídos para toda a estimativa populacional. Pediu para observarem que a coluna dois, que traz comorbidades, lembrando que gestantes e puérperas inicialmente a comorbidade, depois seguindo para as demais, as pessoas com deficiência permanente, esses são os grupos. E disse que no PNI tem também uma distribuição para forças armadas e forças de segurança e salvamento, aqui tinha sido definido e pactuado em CIB somente força de segurança e salvamento. Na parte da Coronavac, tinham acabado de receber dezenove mil doses da vacina Coronavac e já estão no território baiano - estavam aguardando as duas vacinas, as dezenove mil da Coronavac, as quatrocentas e cinco mil da AstraZeneca, no entanto para esta última, quatrocentas e cinco mil doses provavelmente não chegariam neste final de semana e sugeria alinharem para fazerem a distribuição das dezenove mil doses que acabaram de chegar, talvez com o roteiro terrestre, colocava também para discussão aguardarem até a segunda-feira, ou já começarem a distribuição na região metropolitana, porque não está mais acontecendo roteiro de helicóptero, devido às condições climáticas. E agradeceu a oportunidade de colocar já essa pauta para discussão, o que considerava excelente, porque os quatrocentos e dezessete municípios precisam ser ouvidos e eles todos precisavam entender que as realidades locais são muitos diferentes umas das outras e, mais uma vez, se colocava à disposição. Sílvia Carneiro, Secretária Municipal de Saúde de Santa Bárbara e Membro da CIB, esclareceu que tinha ligado para Rívia Barros para tirar uma dúvida sobre o avanco da vacinação, que não tinha vacina em estoque, muitos municípios ligando e perguntando sobre a décima quinta remessa, como seria a resolução de comorbidades e a razão de sua ligação é porque alguns municípios já chegaram aos Estratos 3 e 4 e na última reunião, Rívia Barros disse que não poderiam avançar. Assim, conversara com ela sobre a importância de vacinar comorbidades e na região muitos municípios querem vacinar as comorbidades acima de 55 e 50 anos. Stela Souza lembrou a Sílvia Carneiro, para deixar claro para todos, que não existe vacina parada em seu município porque a CIB o tinha impedido de avançar, queria apenas confirmar isso. Sílvia Carneiro retrucou que não ficavam com vacina parada, a vacina chega e não leva sequer dois dias para vacinarem a quantidade total de doses e **Stela Souza** a agradeceu. Leonardo Prates colocou uma última proposta, para tentarem chegar a um consenso, e que poderiam manter a proposta de Fábio Vilas-Boas e Cássio Garcia, porém, dentro do que foi notificado aqui para Salvador, o município está recebendo doses para pessoas entre 60 e 64 anos, e Salvador já cumpriu, ou seja, tem doses sem carimbos e isso a SESAB pode confirmar. Na próxima segunda-feira receberiam doses para 60 a 64 anos, público esse que já tinham terminado de vacinar e a sua proposta é de avançarem do jeito que está sendo proposto e a CIB lhe autorizar a avançar nos outros públicos que foram autorizados em CIB, por idade, apenas com esse lote que receberia carimbado para 60 a 64 anos, por já ter terminado a vacinação desse público. Vânia Rebouças falou para Leonardo Prates que esse cálculo de 60 a 64 anos é o que está proposto na pauta do Ministério, mas aqui na Bahia, na última pauta já tinha sido fechado e foram enviadas 100% das doses para idosos de 60 a 64 anos, ela estava trazendo para discussão o quantitativo que está chegando somente para esses grupos da proposta. Leonardo Prates disse ter entendido o que Vânia Rebouças falou, mas de qualquer forma o que pedia é que, para esse lote que está sendo carimbado para 60 a 64 anos, a CIB lhe desse autorização para avançar nos outros públicos e a proposta ficaria aprovada do jeito que está. Vânia Rebouças se posicionou que entendia ser apenas uma questão técnica mesmo,

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513 514

515

516

517

518 519

520

521 522

523

524

525

526

527

528 529

530

531 532 533

534

535

porque quando fossem fazer a planilha de distribuição, não calculariam mais para idosos de 60 a 64 anos para nenhum dos quatrocentos e dezessete municípios, já calculariam os demais grupos de comorbidades, porque na última remessa a Bahia já conseguiu entregar 100% das doses necessárias para os idosos de 60 a 64 ano. Então, para essas doses que chegam não teriam mais como calcular na estimativa de 60 anos ou mais, porque para esses já havia sido concluído o envio na última pauta, apenas para deixar claro e nenhum município achar que eles enviariam ainda doses para a faixa etária de 60 a 64 anos. E agradeceu. Leonardo Prates falou que essa era sua última proposta. O Coordenador perguntou a Vânia Rebouças se algum município da Bahia tem pessoas com mais de 60 anos para vacinar ou se todos já acabaram. Vânia Rebouças pediu desculpa, porque na apresentação tinha ficado cortada a parte dos idosos 60 a 64 anos, mas já tinham sido vacinados quatrocentas e quarenta e sete mil idosos de 60 a 64 anos e tem a estimativa de vacinarem seiscentos e três mil idosos de 60 a 64 anos. Então, ao fazerem a análise geral no estado, a Bahia não conseguiu ainda alcançar 100% de cobertura para os grupos de 60 a 64 anos, de 65 a 69 anos e de 70 a 74 anos, porque ainda não tinham conseguido alcançar as estimativas propostas pelo Ministério da Saúde. No entanto, para os idosos de 75 anos ou mais, tinham ultrapassado em alguns grupos, inclusive até mais de 10% do que tinham de estimativa no estado, mas lembrava também que essas doses foram enviadas na quinta-feira passada e os municípios ainda estão vacinando em seus territórios. O Coordenador reforçou para Leonardo Prates que o que ela estava dizendo é que as doses para esse quantitativo foram enviadas. Leonardo Prates falou que, no caso de Salvador, mas tem município que está tendo necessidade de entrar em outras doses para poderem vacinar. O Coordenador repetiu que o que ela está dizendo é que as doses já foram enviadas, se ele não tem mais pessoas de 60 anos para serem vacinadas, não é apenas ele, nenhum outro município da Bahia receberia vacinas para esse Estrato acima de 60 anos. E pediu para Vânia Rebouças confirmar se é isso o que ela estava dizendo e Vânia Rebouças disse que é isso mesmo. Leonardo Prates perguntou sobre o município que não concluiu, tinha visto - e sem nenhuma crítica - que Vitória da Conquista abriu hoje para 61 anos. O Coordenador disse que isso é um problema, mas o que estava tentando entender é o raciocínio que foi apresentado na conta do Ministério, essa população para a qual já enviou até em uma quantidade superior ao que foi vacinado, e perguntou a Vânia Rebouças se ela informou que o Ministério tinha calculado como tendo seiscentas mil pessoas com mais de 60 anos e mandou seiscentas mil primeiras doses para os seiscentos mil idosos de 60 a 64 anos e, consequentemente, na pauta que chega hoje, não chegariam doses para 60 e 64 anos, e o que acontece na prática é que tinham vacinado quatrocentas mil pessoas e tem duzentas mil distribuídas pela Bahia que faltam vacinar e que não estão em Salvador, e estas vacinas foram utilizadas com outros públicos. Raul Molina confirmou e Leonardo Prates colocou como adendo que eles não tinham utilizado porque, das doses que tinham recebido da SESAB da última quinta-feira, tinham ainda sessenta e duas mil. Stela Souza perguntou se estava colocando Bahia e Leonardo Prates respondeu não, mas ela está falando que na última quinta-feira passou para os municípios e ele estava falando desse lote, e ainda tinha doses. Assim, o que estava pedindo é que tivesse a proposta do jeito que eles estavam propondo e lhe autorizassem, para essas sessenta e duas mil, avançarem nos outros públicos, já que não tinha mais idosos de 60 anos. Stela Souza lhe questionou por que que está parado e Leonardo Prates disse que tinha aberto hoje um outro público, ao que Stela Souza, retrucando que outro público não trabalhador, são todos. Leonardo Prates garantiu que terminaria hoje. Stela Souza, desculpando-se, reforçou que a informação inicial dele nessa CIB foi que Salvador e Mairi estão com doses paradas porque tinham avançado para todo o público. Leonardo Prates falou que já tinham avançado e Stela Souza acrescentou que, se hoje ele ainda está vacinando e hoje abriu para trabalhador da educação estadual, ele não tinha cumprido os grupos e perguntava se não é isso que está impedindo também os municípios de avançarem, porque eles estão cumprindo e que, assim, a informação é dúbia. Leonardo Prates esclareceu ter colocado que já abriu todos os públicos e que Salvador la parar. Stela Souza complementou com um questionamento sobre o trabalhador, que ele tinha aberto hoje, se não fazia parte do público pactuado. Leonardo Prates informou que já vacinariam hoje, que são apenas cinco mil pessoas, com a capacidade instalada para vacinar trinta mil pessoas por dia, com quinze drive thrus, oitenta salas de vacina e trezentas equipes de vacinação, mas lamentava realmente, e também respeitando o Secretário Fábio Vilas-Boas, mas a sua posição é que o desgaste é mútuo e o que estava pedindo não é para obrigar município 'a' ou município 'b' a vacinarem, o Secretário Geraldo Magela disse certa vez que o município precisa ter o mínimo de liberdade e é verdade, é a autonomia do município, então o que estava pedindo é apenas que se autorizasse e, se o município vai fazer ou não, é uma decisão do município. Stela Souza acrescentou que quem responde é o município, não é a CIB. Rívia Barros, querendo explicar quando Vânia Rebouças falou que a Bahia está sempre à frente do PNI, referiu-se ao fato de que, como não estavam mais aguardando reserva, o Secretário já tinha autorizado que as reservas técnicas de vacinas não ficassem paradas, eles tinham avançado no quantitativo encaminhado pelo Ministério e nessa remessa mandariam sim, para os municípios que ainda não vacinaram, que ficassem mais tranquilos pois seriam encaminhadas doses. Disse que tinha sempre essa discussão com Vânia Rebouças e foi assim mesmo, pela estimativa do Ministério, para trabalhador de saúde, hoje o MS ainda está mandando as últimas doses, a fim de completar 100% das doses para 64, 60 anos. Na Bahia, pela estimativa, já tinham avançado e mandado 100% para esse grupo, porém tem muitos municípios informando que a estimativa não os contempla e não conseguiriam fazer 60 anos com a quantidade de doses recebidas. E falou para Vânia Rebouças que tinham que corrigir isso nas estimativas que pediriam, para incluir também idosos porque, de acordo com a estimativa de doses que estão sendo mandadas pelo Ministério como 100% da estimativa informada, a Bahia já avançou e quinta-feira passada já foi mandado. Lembrava de Stela Souza, quando insistia em lhe dizer que já tinha sido mandado 100% dos trabalhadores e ela dizia que não tinha recebido e a estimativa era a do Ministério da Saúde, só que o Ministério da Saúde ainda estava encaminhando. O MS mandou 100%, mas ainda está encaminhando e aqui da DIVEP tinham que esclarecer bem claramente e foi por conta de terem avançado 100% nos grupos que o Ministério está atrasado e que o Estado avançou, que eles podiam avançar em outros grupos e se lembrava que tinham discutido isso. Então, como já tinham encaminhado 100% do trabalhador da saúde, 100% de idosos na época, até cerca de 50 anos, podiam avançar as seguranças antes de o MS encaminhar, apesar de que aqui tinham avançado nos grupos de força de segurança, a CIB votou em um dia e no outro dia o PNO mandou as doses, logo, o PNO mandou as doses e eles vinham caminhando à frente. Falava isso para terem essa ideia de que para o Ministério da Saúde ainda não encerrou, talvez nessa remessa de agora os 100% para 60 a 64 anos seria a última faixa de idoso nesse primeiro grupo. A outra coisa, na conversa com Sílvia Carneiro, entendia que ela disse que pararia, não apenas por causa das comorbidades, mas porque ela também tinha terminado idosos e, se não tivesse uma

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

CIB que lhes proporcionasse avançar, o seu município pararia. Entendia dessa forma se não fosse isso seria uma questão de comunicação e tinha dito a Sílvia Carneiro que seria bom ela colocar na CIB que alguns municípios começaram a fazer comorbidades, porque disseram que não têm doses e ainda estão em 64 anos de idade. Stela Souza disse ter sido bom o esclarecimento de Rívia Barros, ficando claro também, na fala de Vânia Rebouças, que nessa remessa que o Ministério está mandando hoje, completam os 100% da estimativa, que não corresponde à realidade, e ontem isso foi pauta de CIT. O estado já antecipou esses 100%, as doses já estão nos municípios ela tinha explicado isso e tinha ficado claro para todo mundo. Com relação ao levantamento do estado, já ficou reafirmado que iriam sim para a CIB não é apenas trabalhador de saúde e tem outras situações, a os idosos também, cuja estimativa do MS não contempla e esse é o levantamento que estavam fazendo e está pactuado em CIT. Assim que estivesse pronto já mandariam a resolução para o Ministério e isso já está pactuado na CIB de quinta-feira, os municípios responderão de forma rápida e todo mundo sabe tudo que está faltando. Vânia Rebouças agradeceu o apoio do COSEMS, como tinha feito com as estimativas de Quilombolas e Ribeirinhas, tinham feito uma análise do questionário e já serão enviados aos municípios e reforçava a necessidade de contarem com o apoio de todos os secretários para tentarem corrigir essas divergências nas estimativas populacionais, a fim de pleitearem, assim, novas doses para o Ministério, lembrando que o prazo para trabalhador de saúde é até o dia quatro e já queriam fechar essa correção na próxima pauta, contava como o apoio de todos, e agradeceu. Stela Souza disse que a equipe do COSEMS está a postos, e hoje mesmo entraria em contato para alinharem e mandarem o questionário e desde a CIB de quinta-feira, a assembleia do COSEMS e nesta CIB que os municípios já estão sabendo que responderão rápido. Vânia Rebouças fez uma última colocação de que eles podiam fazer a fotografia do BI do estado, mostrando que algumas não ficam site, mas podiam gerar uma planilha em PDF e disponibilizar para todos, com relação às coberturas dos grupos prioritários, pelo menos de D1, para que os municípios pudessem se enxergar, talvez isso ajudasse também nessa performance de como os municípios estão em relação às suas coberturas por grupos prioritários. Tinham selecionado os principais para a planilha e tentariam publicizar e, se todos quisessem ver, poderiam fazer isso ainda hoje. Stela Souza agradeceu. Raul Molina agradeceu não apenas o pessoal da Vigilância, pela contribuição de sempre e citou dois encaminhamentos feitos, um de que eles tinham aderido, o que Cristiano Sóster fez, e o outro, colocado por Leonardo Prates, de retornarem ao PNO, e aqui fazia o adendo de que voltar ao PNO significa voltar atrás, queria que fosse colocado em votação. O Coordenador frisou que já foi declarado que Salvador dará dissenso e agora é saber se votariam na proposta do Secretário de Salvador, de irem para o PNO, ou se votariam em apenas manter como vinha sendo até então, e poderiam também votar a proposta de Cristiano Sóster, mas o Secretário de Salvador já disse que não aceita e o que estava entendendo é que nenhuma proposta colocada aqui foi aceita pela Prefeitura de Salvador, e é apenas uma, reduzir a idade abaixo de 40 anos e é isso o que os outros secretários não aceitam. Então, já que existe um empasse e qualquer proposta que não comtemplar o pleito de Salvador não será aceita, tem dois encaminhamentos e a sugestão do Secretário de Salvador é que a partir de agora seguissem o PNO, o que também não atenderia o interesse dele, de vacinar os professores de no mínimo 40 anos de idade e engessaria as deliberações da CIB, deixavam tudo como está e continuarem vacinando as pessoas com mais de 60 anos, os transplantados, os imunossupresos, os professores com 40 anos ou mais, até a próxima CIB. Stela Souza pediu desculpa, dizendo que nos anos todos de CIB, nunca tinha visto tamanha imparcialidade, ou uma parcialidade sem direito a nada, do tipo "estou aqui e quero para mim, não estou na CIB e quero para mim tal situação". E como todos sabem, ela realmente só podia seguir os pensamentos dos gestores municipais, da população, dos órgãos de controle que estão lhes cobrando, ou então ela entregava a presidência do COSEMS. E questionou que caminho é esse, de vacinar outros públicos, deixando as comorbidades de fora. Precisava dizer que não tem como colocar em votação o que já está dado dissenso, entendia o lado dos secretários municipais de saúde e já está posto o de um secretário municipal de saúde e não tem os pares da SESAB se manifestando, nem contra nem a favor, logo, pelo que estava entendendo, deviam suspender essa CIB e fazerem uma consulta jurídica e inclusive sendo obrigada a trazer o Ministério da Saúde, que não lhes traz vacina suficiente, lhes colocando nessa situação e teriam que se expor e por ela suspenderia a reunião. Leonardo Prates falou que Salvador aceita a proposta de Cristiano Sóster e Cristiano Sóster colocou que sua proposta é de priorizarem os pacientes com comorbidades, doenças crônicas com comorbidades, até se chegar aos 40 anos e a partir disso se abrir para os outros grupos que já estão aprovados. O Coordenador fez uma proposta complementar à de Cristiano Sóster e não sabia como isso avançaria ao longo dos próximos dias, se teria filas quilométricas ou se teria postos vazios e na próxima CIB, quando está previsto chegar mais vacina, voltassem a essa discussão do Secretário Leonardo Prates. E, se por acaso a conclusão for que os portadores de doenças crônicas estão sendo em número insuficiente frente à avalanche de vacinas que o Ministério informa que entregará nos próximos dias, na próxima quinta-feira voltarem a discutir esse assunto. Stela Souza acrescentou que talvez até antes, se houvesse urgência, mas primeiro colocariam em votação e o ponto que não tem dissenso é esse apresentado e que Leonardo Prates concordou agora. O Coordenador disse que a proposta colocada então é de que seguiriam a vacinação dos portadores de doenças crônicas a partir de amanhã, em ordem regressiva de idade, a partir de 59 anos, podendo cada município fazer blocos de idades, não precisando ser 59 anos por dia, podendo decidir fazer entre 50 e 60 anos, ou entre 55 e 59 anos, dependendo do tamanho do município, até chegar aos 40 anos. Então, hipoteticamente, se por acaso Salvador quisesse fazer um bloco abrangendo 10 anos e esse bloco se esgotasse em uma semana, ao final dessa semana que vai se iniciar eles já avançarem para os 40 anos e, na outra semana, para os abaixo de 40 anos, isso é o que é possível ser feito. E uma vez esgotadas as pessoas com mais de 40 anos com doenças, avançariam, decrescendo, juntos com todas as categorias já aprovadas, até então regressivamente, de acordo com a idade. Stela Souza perguntou se tem alguém contra ou algum complemento. Jacqueline Bomfim perguntou ao Coordenador como ficaram os militares agora nessa pauta, que na orientação do Ministério veio para vacinar os militares. Vânia Rebouças fez a ressalva de que o MS colocou força de segurança e salvamento, e forças armadas é a única diferença em relação ao que tinham pactuado anteriormente na CIB, porque aqui eles só tinham feito força de segurança e salvamento, com o conceito diferente, e com relação a forças armadas, deixariam para a próxima ou incluiriam também como proposta, estava deixando para todos decidirem. E lembrou que na Bahia tem uma estimativa de quarenta e dois mil trabalhadores das forças de segurança e salvamento e de cerca de oito mil das forças armadas, totalizando cerca de cinquenta mil nesse grupo e o MS tem mandado ainda um percentual bem pequeno e na Bahia já tinham mandado inclusive um percentual na última pauta de distribuição, garantindo 100% das pessoas de 40 anos ou mais para serem vacinadas no grupo de forças de segurança e

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622 623

624

625

626

627

628

629 630

631

632 633

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655 656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

salvamento. Forças armadas são o grupo que não tinham incluído ainda na discussão. Nanci Salles colocou que tem muitas perguntas de gestores e pedindo reiteradas vezes para falarem, e que eles definissem como conduzir, se encaminhavam para as áreas e responderem posteriormente. O Coordenador disse que não tinha entendido Nanci Salles, se colocaria militar ou não. Cássio Garcia falou que a proposta é avaliarem na próxima semana e não ser colocado agora. Stela Souza reforçou que na próxima CIB. E, respondendo a Nanci Salles, falou que os vários questionamentos dos secretários são justíssimos e sua sugestão é de categorizarem as perguntas e responderem as dúvidas por categoria, o mais rápido possível. Não pediriam para fazer isso hoje, porque é injusto também com ela e toda a equipe técnica, e também porque tem distribuição de vacina e até segunda-feira encaminharem essas respostas para cada gestor, mas hoje infelizmente já são treze horas e cinco minutos, a próxima distribuição está chegando e já estavam conseguindo pactuar aqui, o COSEMS trouxe a fala dos secretários municipais de saúde e da reunião da assembleia do COSEMS, então já estando posto aqui o encaminhamento da D2 que está faltando e da estimativa que não está dando conta e reforçado na CIB de hoje e está sendo encaminhada que a equipe técnica da SESAB e do COSEMS afinariam ainda hoje e o COSEMS encaminharia para os municípios responderem e na segunda ou terça-feira no máximo, já terem isso para a área técnica conferir e já mandarem para o Ministério da Saúde, que são os três grandes problemas que mais tem afligido aos secretários de saúde e agradeceu a todos os secretários. Cássio Garcia lembrou que a resolução só seria publicada na terça-feira, por isso que estava fazendo essa observação de que não é para esperarem publicação, já podiam começar. Stela Souza achou ótima a observação, a resolução foi aprovada aqui, inclusive o governo do estado faz isso com os decretos, nos finais de semana não tem publicação de diário oficial, mas é encaminhado para imprensa e todos os municípios. Nanci Salles falou que encaminharia a Stela Souza e Cássio Garcia para validarem a minuta de resolução e vincular a minuta no grupo dos membros da CIB. Stela Souza disse a Nanci Salles que assim que estivesse pronta encaminharia. O Coordenador disse estar aguardando eles acabarem a reunião. Em seguida Stela Souza e Cássio Garcia agradeceram a presença de todos, declarando encerrada a sessão e deixando em aberta a data da próxima reunião. Não havendo mais o que tratar após registro da Ata feito pelo núcleo administrativo da Secretaria Executiva da CIB (Rosiane Silva), e sua revisão pelo núcleo técnico (Fátima Valverde), eu, Nanci Nunes Sampaio Salles, Secretária Executiva da CIB, lavrei a presente Ata, que será assinada pelos Senhores Membros, após lida e aprovada. Salvador, 01 de maio de 2021. Membros Titulares:

Menibros ritulates.
Fábio Vilas-Boas Pinto
Stela dos Santos Souza
João Rodrigues de Goés Junior
Cássio André Garcia
Marcelo De Jesus Cerqueira
Raul Moreira Molina Barrios
Rivia Mary de Barros
Leonardo Silva Prates
Jacklene Mirne Gonçalves Santos
João Rodrigues de Góes Junior
Jacqueline Silva do Bomfim
Membros Suplentes:
Maria Alcina Romero Boullosa
José Cristiano Sóster
Naia Neves de Lucena
Geraldo Magela Ribeiro
Silvia Alves Ferreira Carneiro
Cláudio Soares Feres